

Polícia, antropometria e datiloscopia: história transnacional dos sistemas de identificação, do rio da Prata ao Brasil

Police, anthropometry, and fingerprinting: the transnational history of identification systems from Rio de la Plata to Brazil

Mercedes García Ferrari

Professora e pesquisadora, Instituto de Ciências/
Universidad Nacional de General Sarmiento.
Juan María Gutierrez, 1150
Caixa Postal 1613
1613 – Los Polvorines – PBA – Argentina
mgarciaferrari@gmail.com

Diego Galeano

Professor, Departamento de História/
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
Rua Marquês de São Vicente, 225
22451-900 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
dgaleano@puc-rio.br

Recebido para publicação em agosto de 2014.

Aprovado para publicação em abril de 2015.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702016000500010>

GARCÍA FERRARI, Mercedes; GALEANO, Diego. Polícia, antropometria e datiloscopia: história transnacional dos sistemas de identificação, do rio da Prata ao Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.23, supl., dez. 2016, p.171-194.

Resumo

O artigo estuda a circulação transnacional de métodos de identificação de pessoas na América do Sul. Analisa a implementação do sistema antropométrico nas polícias de Argentina, Uruguai e Brasil a partir da última década do século XIX e as críticas que esse sistema recebeu no momento de consolidação da datiloscopia na região, no início do século XX. Em um contexto de intenso trânsito mundial de ideias, especialistas e tecnologias policiais, o *bertillonage* foi discutido e hibridado na América Latina. A história do sistema antropométrico nas repúblicas do rio da Prata e do Brasil envolveu diversas viagens de médicos, juristas e policiais a Paris, debates sobre sua adequação às realidades locais e a constituição de uma aberta polêmica sobre as técnicas de identificação.

Palavras-chave: antropometria; tecnologias de identificação; polícia; arquivos criminais; história transnacional.

Abstract

The article explores the transnational circulation of methods for identifying people in South America. It analyzes both the implementation of the anthropometric system at police departments in Argentina, Uruguay, and Brazil starting in the 1890s, as well as the criticisms that were aimed at this method when fingerprinting took hold in the region in the early twentieth century. In a context of a heavy worldwide flow of ideas, experts, and technologies in policing, "bertillonage" was discussed and underwent hybridization in Latin America. The history of the anthropometric system in these three countries involved many travels by physicians, jurists, and police agents to Paris, debates over its suitability to local contexts, and an open controversy about identification techniques.

Keywords: anthropometry; identification technologies; police; criminal records; transnational history.

“Na França temos dois homens de gênio: Pasteur e Bertillon”, escrevia em inícios do século XX o antropólogo e anatomista Léonce Manouvrier (Locard, 1914, p.167). Nesse pequeno panteão, junto ao pai da bacteriologia moderna, aparecia o nome de Bertillon. Não se tratava de Louis-Adolphe Bertillon, o médico e demógrafo fundador da Sociedade de Antropologia de Paris, mas de um dos seus filhos: Alphonse Bertillon (1853-1914). Ainda que pertencesse a uma linhagem de prestigiosos cientistas franceses, Alphonse começou sua vida como ovelha negra da família. Um fracasso na carreira de medicina obrigou seu pai – então diretor de Estatística – a utilizar suas influências na burocracia estatal para arrumar um discreto posto de oficial escriturário na polícia parisiense, onde o filho entrou em 1879.

Esse destino opaco foi, paradoxalmente, o espaço que o elevou à fama e lhe deu um lugar no campo científico francês durante a *Belle Époque*, sem que Alphonse Bertillon tivesse nenhum título universitário. Rapidamente começou a trabalhar no arquivo criminal, onde se produziam e guardavam as fichas de identificação dos condenados pela Justiça. Essas fichas eram usadas pelos magistrados para consultar se um acusado tinha antecedentes criminais, algo que, em caso de ser comprovado, podia determinar um agravamento da pena por reincidir no delito. No último quarto do século XIX, a questão da reincidência e dos “criminosos habituais” havia se convertido em um tema de debate científico, medular nos congressos de antropologia criminal, e em uma grande preocupação para as elites estatais. De fato, enquanto Bertillon trabalhava na polícia, discutia-se uma lei, sancionada em 1885, que estabelecia a deportação dos reincidentes às colônias francesas (Soula, 2011).

“Não é suficiente fazer uma lei contra os reincidentes”, escrevia Bertillon (1883, p.1-2) nesses anos: “para condenar um reincidente à deportação, a primeira condição é reconhecer sua identidade”. Nesse texto, o novel funcionário da polícia apresentava o invento com que pretendia oferecer uma solução técnica a um problema burocrático. As fichas de identificação eram guardadas seguindo a ordem alfabética dos nomes, mas esse critério havia colapsado por dois motivos. O primeiro era quantitativo: o número de fichas no arquivo aumentava e convertia as buscas em um processo cada dia mais emaranhado. O segundo motivo provinha de uma artimanha que empregavam os sujeitos identificados para evitar o agravamento da pena por reincidência. Segundo os policiais, o uso de nomes falsos para “branquear” os antecedentes criminais era uma prática habitual que as autoridades não conseguiam atalhar.

Bertillon inventou um método de identificação que, após vencer as resistências da França, teve vastas repercussões no mundo. Desde a década de 1870, os arquivos criminais haviam incorporado retratos fotográficos, tecnologia que permitiu sofisticar o conjunto dos dados de identificação até então limitados às “filiações”, ou seja, o registro escrito de idade, altura, cor de pele, cicatrizes, tatuagens e outras “marcas particulares”. A fotografia era um grande aliado nos processos de identificação, mas não oferecia nenhuma vantagem na classificação das fichas, que continuavam dependendo da ordem alfabética. Ciente desse problema, Bertillon começou a experimentar um novo método de classificação baseado nas medições corporais dos detidos. Sob a influência da antropologia física e da estatística social (em particular, da obra de Paul Broca e Adolphe Quételet), buscou uma forma de classificar as medidas do corpo humano.

Conhecido como “sistema antropométrico”, ou “antropometria judiciária”, o método de Bertillon sustentava-se em duas premissas básicas: a fixidez quase absoluta da ossatura humana a partir do vigésimo ano de idade e a variabilidade extrema das dimensões entre

dois indivíduos diferentes. Para Bertillon, cada homem adulto levava com ele uma espécie de código de identificação, inscrito na sua própria corporeidade. Essa técnica para determinar a identidade de uma pessoa começava com a tomada de uma série de medições corporais com precisão milimétrica (estatura, envergadura, altura do busto, comprimento e largura da cabeça, comprimento e largura da orelha direita, comprimento do pé, dedo médio e antebraço esquerdo), cujos resultados eram divididos em três categorias (por exemplo, comprimento pequeno, médio e grande). Esses dados se anotavam em fichas que eram classificadas de acordo com categorias distintas, seguindo uma ordem que ia reduzindo a quantidade de fichas até chegar a uma caixa que continha apenas uma dúzia. O sistema completava-se com os dados da observação morfológica e fisionômica; a anotação das “marcas particulares” (tatuagens, cicatrizes); e, finalmente, a “fotografia métrica” de frente e perfil, outra das técnicas de Bertillon que tiveram uma longa vida no mundo policial.

Desde que Bertillon conseguiu impor esse sistema na polícia parisiense na década de 1880 (About, 2004), cada vez que se desconhecia a identidade de um detido, este era levado ao Gabinete de Identificação, e os funcionários lhe tomavam as medidas. Para comprovar casos de reincidência, realizava-se a busca no arquivo e, então, procedia-se à comprovação direta da identidade.

Por essas técnicas e outras invenções vinculadas às perícias no “local do crime”, Alphonse Bertillon foi reconhecido como um dos pais fundadores da moderna “polícia científica”. Alexandre Lacassagne, o prestigioso médico-legista da Escola de Lyon, cunhou o nome *bertillonage*¹ para se referir a esse conjunto de técnicas ensaiadas em um cinzento gabinete policial e patrocinou o ingresso de Bertillon aos círculos mais distintos da criminologia europeia (Kaluszynski, 2001). Com a presença de Lacassagne e Lombroso, Bertillon expôs suas ideias em 1885 no primeiro Congresso de Antropologia Criminal de Roma. Sem ser médico nem advogado, fez parte do comitê organizador do segundo congresso, realizado em 1889 na cidade de Paris, no qual – como veremos – foi proclamado o triunfo internacional do sistema antropométrico para a identificação de pessoas e comprovação da reincidência.

Durante a última década do século XIX, o *bertillonage* entrou em um processo de intensa transnacionalização, conformando-se um mapa mundial de gabinetes antropométricos, no qual a América Latina ocupou um lugar importante (Piazza, 2011). Em Buenos Aires foi implementado o primeiro serviço oficial fora da França, e a essa experiência seguiram-se outras em Uruguai, Brasil, México, Equador, Peru e Chile (Galeano, García Ferrari, 2011). Este artigo analisa a implementação do sistema antropométrico em Argentina, Uruguai e Brasil, os três países latino-americanos onde se radicou a maior parte dos migrantes europeus e onde foi especialmente intenso o debate sobre as consequências do anonimato nas grandes cidades. Indagaremos as principais transformações demográficas e urbanas para explicar o célebre interesse pelos sistemas de identificação policial que estavam sendo discutidos no mundo. Além disso, analisaremos as resistências à adoção do *bertillonage* e o surgimento de sistemas rivais.

As principais cidades da Argentina, do Uruguai e do Brasil, onde foram criados os gabinetes de identificação antropométrica, estavam localizadas no espaço atlântico sul-americano: espaço de rotas ultramarinas que uniam os dois grandes portos do rio da Prata (Buenos Aires e Montevideu) com as cidades portuárias brasileiras. Esse território conectava trajetórias de



Figura 1: Medições antropométricas (Bertillon, 1893, s.p.)

vida, linguagens, identidades e experiências coletivas. Por esse espaço circulavam migrantes, militantes anarquistas e uma série de sujeitos que os policiais sul-americanos chamavam de “criminosos viajantes”. O *bertillonage* transitou por essas mesmas rotas e foi um dos eixos de um inédito intercâmbio de saberes policiais entre essas repúblicas da América do Sul.

Estudaremos aqui essas circulações e esses intercâmbios combinando estratégias metodológicas da história comparada e da história transnacional.²

Nas últimas décadas, o estudo das redes, intercâmbios e conexões transfronteiriças tem produzido instigantes pesquisas e variadas propostas metodológicas: histórias conectadas, histórias globais, histórias cruzadas. O chamado “giro transnacional” acolhe abordagens diversas como a comparação histórica, a análise das relações internacionais, as transferências e circulações culturais (Ther, 2012; Pérez, 2015). Trata-se, então, de um campo heterogêneo de propostas que compartilham a convicção de que os processos históricos e sociais não podem ser compreendidos limitando a análise a espaços cujas fronteiras são definidas por parâmetros geopolíticos, como os Impérios ou Estados-nação. Nesse sentido, entendemos aqui a perspectiva transnacional como uma forma de adequar o recorte espacial à trama concreta de relações sociais que são pesquisadas. A transnacionalidade não seria, citando Charles Tilly (1984), sinônimo de “grandes estruturas, processos amplos e comparações enormes”, nem uma tentativa de relegar os Estados nacionais à sombra da história. O objetivo não é, como diz Pierre-Yves Saunier (2008, p.14), “substituir uma história do Estado-nação por outra sem ele ou contra ele”, mas, ao contrário, “achar a maneira de estudar como os Estados nacionais e as diversas formas de circulação se encontram entrelaçados e são componentes constitutivos da modernidade”.

No cruzamento entre o campo científico e a burocracia estatal, a circulação internacional de métodos de identificação permite discutir duas questões fundamentais. De um lado, problematizar a chave interpretativa que explica os intercâmbios científicos como uma simples transfusão de ideias de um centro produtor para uma periferia receptora. Do outro, analisar essas circulações pela perspectiva da história transnacional, mostrando não se tratar de impulsos modernizadores de uma burocracia policial que reproduz experiências europeias, mas de uma preocupação em estabelecer mecanismos de cooperação e consolidar redes de troca de informações entre as polícias da região.

Estudos recentes têm mostrado que, em diversos continentes, a circulação dos sistemas de identificação envolveu complexas redes de cooperação policial além das fronteiras (Breckenridge, Szreter, 2012; Brown, About, Lonergan, 2013).³ Essas trocas são fundamentais para entender a história transnacional do *bertillonage* na Argentina, no Brasil e no Uruguai. Os departamentos de polícia do espaço atlântico sul-americano estavam particularmente atentos às inovações tecnológicas e jurídicas dos países vizinhos, já que consideravam que entre o rio da Prata e o Brasil existia um espaço de vigilância em comum.

Essa interdependência da realidade criminal e policial desses três países era objeto de frequentes diálogos entre os policiais da região. Em 1899, por exemplo, Félix Pacheco entrevistou o chefe da polícia argentina, Francisco Beazley, para o *Jornal do Comércio*. Beazley, que se encontrava de visita no Rio de Janeiro junto com o presidente Roca, levou a proposta de estreitar as relações entre as polícias do Brasil e da Argentina. Na entrevista, expressava que Uruguai, Brasil e Argentina, “grandes centros da gatunagem na América do Sul”, estavam conectados por fios invisíveis. Quando em um dos países os ladrões eram “perseguidos com rigor pelos agentes da lei”, usavam o recurso de migrar a outra cidade vizinha, lugar que virava “uma espécie de *refugium peccatorum*” (Pacheco, 1899, p.3). Como jornalista, Pacheco apoiava aqui o mesmo ponto que iria apoiar mais tarde como diretor do Gabinete de Identificação: a

forma de combater essas circulações criminais era construir uma rede de cooperações policiais. Assim, o espaço atlântico sul-americano estaria protegido e, concluía, “o Brasil, a Argentina e o Uruguai acabariam por devolver à Europa o elemento pernicioso que ela nos envia” (p.3).

Tecnologias policiais além das fronteiras

Ao ritmo da formação dos Estados nacionais, no século XIX, as instituições policiais sul-americanas foram sendo construídas em um contínuo diálogo com “modelos de polícia” que circulavam internacionalmente. A América Latina participou da disputa, tão difundida no hemisfério norte, que opunha o modelo francês – considerado um paradigma de centralização e militarismo – ao modelo anglo-saxônico, de orientação civil e municipal (Emsley, 1996). Os policiais latino-americanos discutiam essas ideias e escreviam em revistas próprias sobre esses modelos. Muitas das suas opiniões se forjaram por meio de leituras: basta revisar os catálogos das bibliotecas públicas de Argentina e Brasil para reconhecer a presença de vários livros sobre polícias europeias incorporados nas estantes ao longo do século XIX (Galeano, 2009).

Além de ler esses textos, os policiais viajavam à Europa em “visitas de estudo” oficiais. Não é casual que os principais destinos desses deslocamentos tenham sido Paris e Londres. Sabemos disso por alguns relatórios e livros de viagem: os textos do argentino Agustín Drago na *Revista de La Policía de la Capital* em 1888, os relatórios dos chefes da polícia carioca João Brasil Silvado e João Baptista de Sampaio Ferraz, e do policial portenho Manuel Mujica Farías, no início do século XX.⁴ Em geral, os que viajavam eram ao mesmo tempo funcionários da polícia e integrantes das elites (fundamentalmente juristas e médicos), dupla condição que ao longo do século XX foi se tornando cada vez mais difícil e infrequente. Em sua modalidade de primeira classe, essas visitas ilustres tinham bastante a ver com as viagens à Europa do *grand tour* das elites latino-americanas, mas os textos se distinguiam por centrar o relato nas novidades policiais observadas no estrangeiro.

As notícias do *bertillonage* chegaram à América do Sul por meio dessas viagens, que muitas vezes incluíram visitas ao serviço antropométrico de Paris e entrevistas pessoais com Alphonse Bertillon. Aos poucos foi se formando uma rede de contatos internacionais que ligava as polícias sul-americanas com as europeias, mas não se tratou, em seus começos, de uma rede exclusivamente policial. Os primeiros contatos tiveram lugar em 1885 no Congresso de Antropologia Criminal de Roma, cujos debates chegaram rapidamente ao Sul por intermédios intelectuais próximos às novas ideias da escola criminológica italiana. Buenos Aires tomou a iniciativa com a fundação de uma Sociedade de Antropologia Jurídica em 1888 e a aparição de diferentes publicações locais (Olmo, 1992; Creazzo, 2007).

Os integrantes dessa associação tinham estreitos contatos com funcionários do governo, incluindo o próprio chefe da polícia. O advogado Luis María Drago, por exemplo, era o autor do primeiro livro latino-americano de criminologia, recebido com entusiasmo nos círculos europeus, rapidamente traduzido ao italiano e publicado com prólogo de Lombroso (Drago, 1890). Seu irmão era Agustín Drago, que viajou à Europa enviado pelo governo para estudar os serviços médicos de diversas polícias estrangeiras (Argentina, 1888, p.380). Em Paris conseguiu entrevistar Bertillon em finais de 1887 e, ao regressar, convenceu a chefia policial da conveniência de criar um serviço antropométrico. Na disposição policial que oficializava

sua inauguração, explicitava-se a intenção de alinhar-se com Paris e outras capitais do velho mundo: o novo gabinete era visto como um avanço na tarefa de “adaptar o serviço policial a todas aquelas melhoras cuja prática havia dado excelentes resultados às nações europeias” (Orden..., 3 abr. 1889).

Em 1889, celebrou-se em Paris o segundo Congresso Internacional de Antropologia Criminal, no marco dos festejos pelo centenário da Revolução Francesa. Uma mesa teve Bertillon como grande estrela, enquanto vários congressistas de distintos países discutiam se seu sistema antropométrico seria aceito mundialmente como método de identificação. O delegado argentino foi o encarregado de ler essa proposta e, em seu discurso, destacava a necessidade de estendê-lo além de Paris, como tinha acontecido em Buenos Aires e em algumas cidades norte-americanas. Para devolver a gentileza, Bertillon interveio aclarando que o governo argentino era o único que havia criado um serviço antropométrico de caráter oficial, porque nos EUA, até esse momento, somente existiam algumas iniciativas privadas.⁵

Como explicar que em Buenos Aires se criasse o primeiro gabinete antropométrico oficial fora da França? Em 1880, a cidade havia se convertido na capital definitiva da Argentina, e as elites portenhas consideraram as reformas urbanas um grande laboratório político. Os ambiciosos projetos inspirados no modelo “hausmaniano” tiveram seu correlato na modernização das instituições policiais. A Polícia de Buenos Aires acumulava então seis décadas de vida, nas quais havia sido – simultaneamente – uma força de segurança para a cidade e para a vasta província que leva o mesmo nome. A consolidação de Buenos Aires como capital do país acarreou a necessidade de inventar uma nova capital para essa província, que ao mesmo tempo teria uma polícia própria. Assim, o que antigamente era uma mesma instituição foi dividida em duas: a Polícia de la Capital, com sede na cidade de Buenos Aires, e a Polícia de la Provincia de Buenos Aires, cujo comando central foi instalado na nova capital provincial, a cidade de La Plata.

Desde seus primeiros passos, um dos objetivos da polícia metropolitana foi diferenciarse da velha força de segurança provinciana e se tornar uma “polícia moderna”, ostentadora de todo tipo de avanços tecnológicos. Em 1888, abriram-se as portas de um luxuoso novo edifício para o Departamento Central, que até hoje alberga a chefatura: lá foi instalado o gabinete antropométrico. Todo esse contexto de modernização policial é fundamental para compreender os motivos da veloz chegada do *bertillonage* a Buenos Aires. Ainda é importante considerar o laço que ligava as elites estatais com juristas e médicos estreitamente conectados com os circuitos internacionais de circulação de novidades científicas e, em particular, com a recepção da criminologia na Argentina. Mas nenhuma leitura desse fenômeno pode iludir o atrativo desse sistema de identificação em uma cidade impregnada por um processo de imigrações maciças que já mostrava cifras espetaculares.

Não obstante os Estados Unidos fossem o país que mais imigrantes europeus recebeu em termos absolutos entre a metade do século XIX e os começos do século XX, na Argentina a imigração teve maior importância relativa: em 1869, 12% da população daquele país era estrangeira, em 1895 ascendia a 25,5% e em 1914 a 30%. Mesmo que esses dados nacionais sejam contundentes, escondem profundas diferenças regionais: na cidade de Buenos Aires, o impacto foi ainda maior (em 1869, 40% dos habitantes haviam nascido fora do país, e em 1914 quase a metade era de estrangeiros). A capital passou de aproximadamente duzentos

mil habitantes a um milhão e meio, colocando-se como a segunda metrópole do continente depois de Nova York. Transformaram-se tanto o tamanho como a composição da população. Os homens jovens foram maioria nessa cidade babélica: segundo o censo municipal de 1895, 70% da população masculina era menor de 40 anos, e quase 85% dos homens de 30 a 40 anos eram estrangeiros, na maioria italianos e espanhóis, embora nos bares e nas ruas da cidade se falasse uma infinidade de línguas (Otero, 2006, p.153-154).

Apesar da propaganda estatal e dos discursos que haviam imaginado toda uma série de progressos associados à imigração europeia, rapidamente caíram sobre os recém-chegados diversas acusações e suspeitas. A imprensa e a literatura popular refletiram os temores sobre os novos habitantes. Como distinguir os bons dos “indesejáveis”? Como reconstruir suas histórias e rastrear suas origens? Como saber quem era quem nessa cidade onde as aparências enganavam? A polícia recolhia esse interrogante e o reformulava do seu jeito. Seria possível, nesse contexto, achar alguém na cidade? Os policiais perguntavam-se como reconheceriam os “ladrões profissionais”, aqueles que reincidiam em seus crimes, dentro dessa enxurrada de novos rostos. Como evitar que um “gatuno” passasse como um “cidadão honesto”? O *bertillonage* foi apresentado em Buenos Aires como uma possível resposta frente a essas ansiedades das autoridades.

Assim, em abril de 1889, os contatos com Bertillon foram coroados com a abertura da Oficina de Identificación Antropométrica na polícia portenha. Uma disposição do chefe estabeleceu as condições de seu funcionamento: todos aqueles que fossem detidos ou estivessem presos seriam identificados com o novo sistema. Do ponto de vista da chefia, os motivos para abrir esse serviço incluíam vários elementos: o crescimento demográfico e sua relação com o aumento da criminalidade; a necessidade de fornecer aos magistrados informações para comprovar a reincidência; a contraposição entre os velhos e defeituosos sistemas de reconhecimento visual e o novo método baseado em um “princípio científico” (Orden..., 3 abr. 1889).

A ciência parecia dar resposta a um problema que não parou de ganhar espaço nas preocupações policiais desde a intensificação do fluxo migratório: o anonimato. As velhas formas de identificação baseadas no conhecimento pessoal pareciam naufragar perante a transformação demográfica e os constantes câmbios na própria força policial. Durante toda a segunda metade do século XIX, a polícia da cidade de Buenos Aires teve uma altíssima rotação de seus recrutas, equivalente à renovação anual da totalidade da tropa, o que dificultava a aquisição dos saberes mais básicos sobre o *métier* (Gayol, 1996, p.123-138). Por isso, a possibilidade de criar gabinetes técnicos que não requeressem uma grande quantidade de funcionários especializados era uma solução atrativa para essa polícia marcada por uma baixa profissionalização de seus empregados subalternos (García Ferrari, 2010, p.36-54).

As ambições das autoridades policiais com sua nova repartição eram altas, embora logo começassem a aparecer resistências. O ministro da Justiça, responsável por autorizar a identificação dos presos em distintas cadeias, negava frequentemente o consentimento. Tampouco os juízes foram muito abertos ao novo sistema: impediram a identificação dos processados em vários casos por considerar que as medições corporais e a fotografia judiciária atentavam contra a honra individual. Por todas essas resistências, o grupo de sujeitos mensurável viu-se sensivelmente reduzido, e o ingresso de cada nova ficha no arquivo biométrico foi bastante

aleatório, até que em 1905 o gabinete diretamente deixou de realizar novas identificações (Ruggiero, 2004, p.101-106; García Ferrari, 2007, p.99-133).

Embora as críticas ao funcionamento do Gabinete Antropométrico fossem constantes na virada de século, uma análise mais minuciosa de seu cotidiano revela uma realidade diferente. Até o momento em que foi instalado, a polícia identificava *ladrones conocidos* – ou seja, aqueles com dois ou mais processos por delitos contra a propriedade – utilizando os retratos fotográficos. Os álbuns de fotografias conhecidos como “galeria de ladrões” juntavam, em 1889, retratos de aproximadamente trezentos indivíduos, enquanto em 1900 o serviço antropométrico havia medido e fotografado mais de 15 mil. Não obstante o arquivo do gabinete nunca fosse exaustivo, a quantidade de sujeitos identificados ampliou-se de forma notável: na década de 1880, somente integravam os álbuns fotográficos indivíduos das classes populares, enquanto no início do século XX apareciam também comerciantes e homens que declaravam “profissões liberais” (García Ferrari, 2007, p.128-144).

Por que o Gabinete Antropométrico provocou tantas resistências? Nas revistas policiais há marcas das críticas: esse serviço que havia colocado a Polícia da Capital entre as mais modernas do mundo no campo da identificação de pessoas era denunciado nos primórdios do século XX como um símbolo de atraso institucional. Desde o começo, seu desenvolvimento tinha enfrentado a oposição de magistrados, mas seus resultados quantitativos não foram tão desprezíveis. Cada ano identificava centenas de reincidentes, incluindo alguns que haviam tentado ocultar sua identidade usando um nome falso. Desse modo, crescia o arquivo de fichas antropométricas. Tudo parece indicar que para interpretar o “fracasso” da antropometria na Argentina é preciso olhar para a outra grande instituição policial do país: a Polícia da Província de Buenos Aires.

Em 1884, o governo provincial instalou-se na recém-fundada cidade de La Plata, e sua polícia iniciava um longo caminho de disputas simbólicas com a Polícia da Capital. Nesse mesmo ano, chegou à Argentina Juan Vucetich, um imigrante da atual Croácia que seria fundamental para o desenvolvimento dos sistemas de identificação na América Latina. Seu perfil era muito diferente do de Agustín Drago: não pertencia às elites dirigentes portenhas, nem estava integrado aos circuitos científicos internacionais, nem vinculado com o poder econômico e político do país. Apesar de alguns autores terem considerado Vucetich parte de um grupo de cientistas europeus que nesses anos viajaram à América Latina buscando espaços propícios para a experimentação de novas teorias (Rodríguez, 2004), a informação biográfica disponível sugere que o croata era um imigrante como tantos outros: foi seu ingresso na polícia e as oportunidades de trabalho concretas que definiram a orientação de sua carreira. Em 1888, entrou como “meritório” na área financeira da polícia provincial e um ano mais tarde ascendeu ao cargo de chefe do Serviço de Estatística. Sem dúvidas, seus conhecimentos de matemática e seu interesse por cultivar novas teorias o colocaram rapidamente entre a elite institucional, em um contexto de dificuldade para recrutar agentes policiais alfabetizados.

Vucetich dedicou-se logo a estudar a possibilidade de incorporar uma das últimas novidades da “ciência policial”. Ele havia lido alguns trabalhos de Paul Broca e de Alphonse Bertillon, além de um artigo de difusão das teorias de Francis Galton sobre as impressões digitais (Varigny, 1891). Após várias visitas ao Gabinete Antropométrico de Buenos Aires, que ainda era dirigido por Drago, chegou à conclusão de que seria muito difícil implementar corretamente o sistema

antropométrico. Segundo Vucetich, as irregularidades na tomada de medidas eram comuns nessa repartição e, sem dúvida, algo parecido acontecia na polícia bonaerense (Almandos, 1909, p.15-29). Por outra parte, a grande extensão geográfica da Província de Buenos Aires dificultava a identificação de todos os detidos pelo proibitivo custo da infraestrutura e da capacitação que demandava a instalação de gabinetes locais.

Quando em setembro de 1891 foi inaugurado em La Plata o serviço de identificação antropométrica, junto à realização da rotina completa do *bertillonage*, Vucetich começou a registrar as dez impressões digitais dos detidos. Esse foi um acontecimento pioneiro no mundo. Ainda que seja difícil determinar se realizou algum tipo de classificação das fichas, nesse pequeno gabinete de uma cidade em construção, pela primeira vez, começaram a ser tomadas sistematicamente as dez impressões digitais para a identificação com fins policiais. Nesse momento inicial, percebe-se com clareza o ecletismo que caracterizou a aproximação de Vucetich com os sistemas de identificação. A invenção de um dos grandes sistemas de identificação datiloscópicos difundidos no mundo no início do século XX (o denominado “sistema Vucetich”, “sistema argentino”, ou também “sistema sul-americano” segundo alguns criminologistas europeus), surgiu desse impulso por adaptar, misturar e inovar procedimentos para ajustá-los às instituições locais (García Ferrari, 2013, p.29-117).

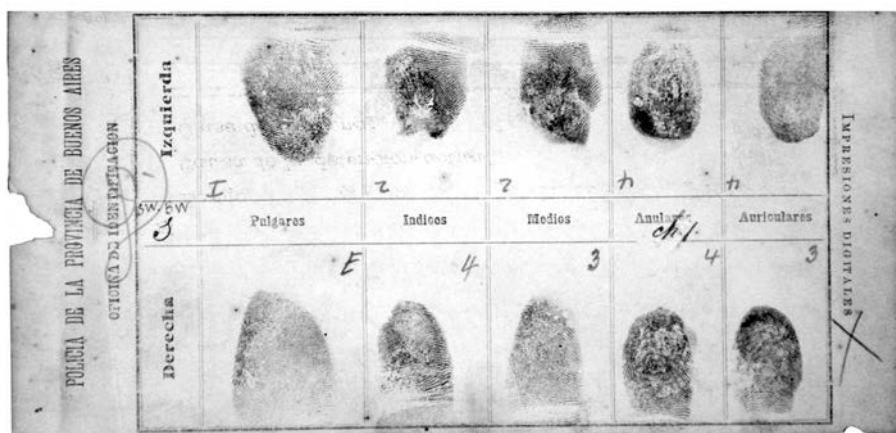


Figura 2: Frente da ficha de identificação do gabinete de identificação de La Plata contendo impressões digitais (Museo Policial de la Provincia de Buenos Aires, La Plata, 1891)

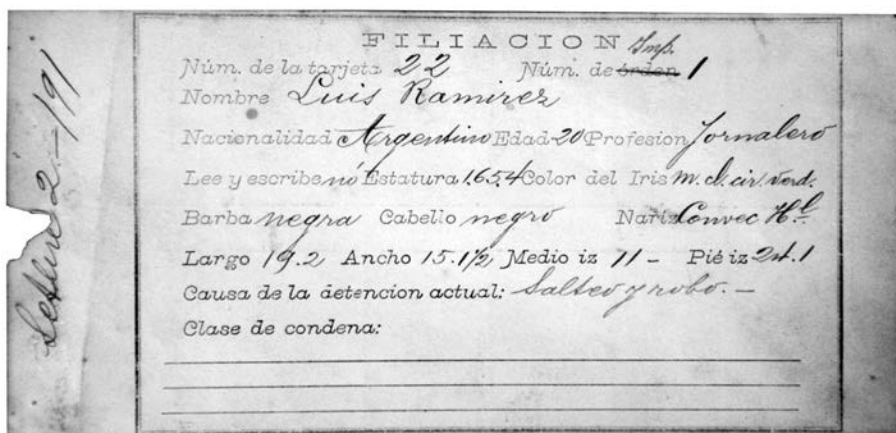


Figura 3: Verso da ficha de identificação do gabinete de identificação de La Plata contendo medições antropométricas (Museo Policial de la Provincia de Buenos Aires, La Plata, 1891)

Até 1896, Vucetich utilizou ambos sistemas: tomava as medidas antropométricas e classificava as fichas seguindo as instruções de Bertillon. Empregava a fotografia judiciária e registrava a descrição morfológica. Adicionalmente, imprimia as dez impressões digitais em uma ficha e classificava os desenhos seguindo as indicações de Galton. Mesmo assim, ao longo da década de 1890 foi introduzindo algumas alterações tanto na tomada de impressões digitais como na sua classificação. Começou a usar o chamado *pianito*, uma prancha de madeira com cinco canaletas que se adaptava à forma de cada um dos dedos e facilitava a tomada de impressões, e ainda foi ampliando a quantidade de classificações propostas por Galton e afastando-se, assim, do modelo do seu mestre (Vucetich, 1893).

No entanto, a primeira modificação significativa quanto ao sistema antropométrico aconteceu em 1895: Vucetich propôs um método de filiação denominado “Província de Buenos Aires”, no qual abandonava todas as medições corporais à exceção da estatura. Isso significava deixar de lado o *bertillonage*, cujo sistema de classificação estava ancorado nessas medidas. Conservava, ainda, outros elementos do método criado por Bertillon, como a fotografia judiciária e algumas descrições morfológicas. A classificação das fichas era feita sobre a base dos sinais particulares e cicatrizes, divididas em 58 categorias correspondentes às distintas regiões das partes visíveis do corpo. O identificador devia observar alguma característica chamativa no sujeito e classificar sua ficha de acordo com ela. Em qualquer identificação posterior se observaria novamente o corpo na busca de algum sinal destacado, e o funcionário revisaria a gaveta correspondente. Depois se examinariam outros sinais particulares inclusos na planilha de filiação e, por último, as impressões digitais e a fotografia métrica. Em 1896, a Polícia da Província de Buenos Aires deixou de utilizar, na maior parte dos casos, o sistema antropométrico, ao oficializar o novo método de filiação (Vucetich, 1896).

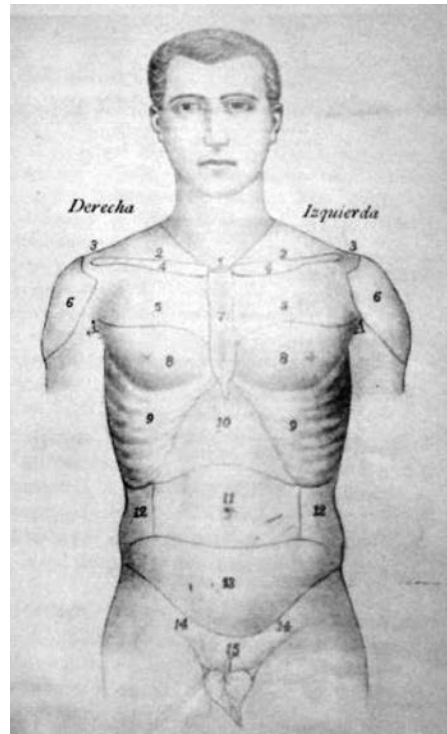


Figura 4: Regiões corporais segundo o sistema de Juan Vucetich (Vucetich, 1895, p.80)

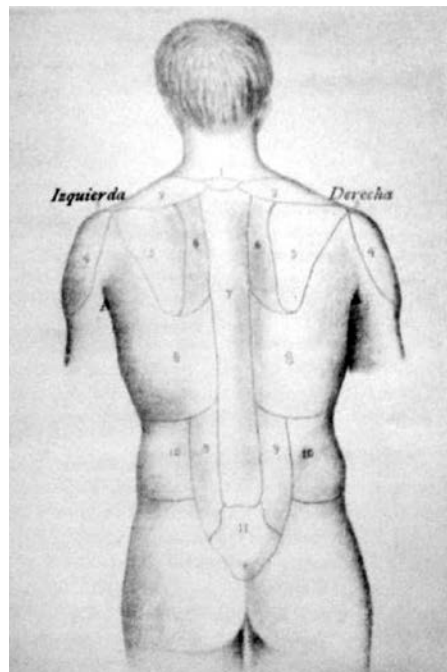


Figura 5: Regiões corporais segundo o sistema de Juan Vucetich (Vucetich, 1895, p.84)

Disputas pelos sistemas de identificação

Na última década do século XIX, a fama de Vucetich como especialista em identificação consolidou-se na América Latina. Na Província de Buenos Aires, a divisão do vasto território em quatro departamentos judiciários fez com que a polícia tivesse que abrir a mesma quantidade de gabinetes de identificação. Para capacitar os funcionários e divulgar novos métodos, Vucetich publicou dois manuais de instruções. Ademais, a partir de 1891, editou um *Boletim de Estatística*, enquanto a publicação do livro *Instrucciones generales para la identificación antropométrica* (Vucetich, 1893) significou a primeira divulgação do *bertillonage* em língua espanhola. Mesmo que as páginas dedicadas à antropometria não significassem um aporte original e seguissem ao pé da letra os trabalhos de Bertillon, esse volume continha uma seção dedicada a “Las impresiones digitales (según Francisco Galton)”, na qual, pela primeira vez, incluiu-se esse método entre as ferramentas de identificação policial. Em 1895, publicou as *Instrucciones generales para el sistema de filiación “Provincia de Buenos Aires”* (Vucetich, 1895), nas quais já buscava combinar as impressões digitais com a identificação por meio de sinais particulares. Ambos os manuais foram enviados a numerosos departamentos de polícia e a especialistas na “questão criminal”, tanto na América Latina como na Europa.

No Uruguai, os trabalhos publicados na década de 1890 foram recebidos com entusiasmo no contexto de reformas que procuravam modernizar a polícia de Montevideú. Em 1895, foi inaugurado o Gabinete de Identificação e Antropometria, embora só no ano seguinte o governo nacional tenha autorizado sua criação. A nova repartição dependia diretamente da chefia e estava localizada na Casa Central de Polícia, junto com um serviço de fotografia. Todas as delegacias deviam enviar diariamente os detidos para identificação e os guardas civis deviam registrar os dados antropométricos dos detidos nas folhas de serviço (Uruguay, 1896).

Uma carta de Vucetich e o envio de seu livro *Instrucciones generales* (1895) haviam convencido o novo chefe policial uruguaio de iniciar uma reforma no serviço de identificação que ainda funcionava precariamente. A chefatura pediu a “cooperação pessoal” de Vucetich, o envio de um orçamento com os instrumentos necessários, os funcionários e os gastos de manutenção do gabinete. O apoio do reconhecido especialista argentino era um elemento fundamental para negociar, perante as autoridades nacionais, a autorização para aparelhar esta nova repartição (Sánchez, 25 abr. 1896).

Não era a primeira vez que o esforço de Vucetich por difundir seu trabalho em outros países o posicionava como especialista regional e, por sua vez, como possuidor do conhecimento prático para instalar um gabinete de identificação. Em 1893, o envio das *Instrucciones generales* (Vucetich, 1893) ao chefe da polícia de Santiago de Chile havia gerado consultas parecidas sobre a maneira de “implementar em toda a sua amplitude” o serviço antropométrico nesse país (Prefectura..., 8 ago. 1893). Sem dúvidas, o papel de Vucetich como especialista regional cresceria muito no início do século XX com o advento da datiloscopia e sua oposição radical à antropometria, porém, essa fama começou a formar-se na América do Sul durante a década de 1890 e vinculada a seu conhecimento do *bertillonage*.

O Uruguai foi o país da América do Sul no qual as ideias de Vucetich acharam maior resistência. O serviço de identificação policial foi rapidamente fechado após uma tentativa de revolução que em 1897 agitou a sociedade uruguaia. A partir de 1898, a identificação ficou

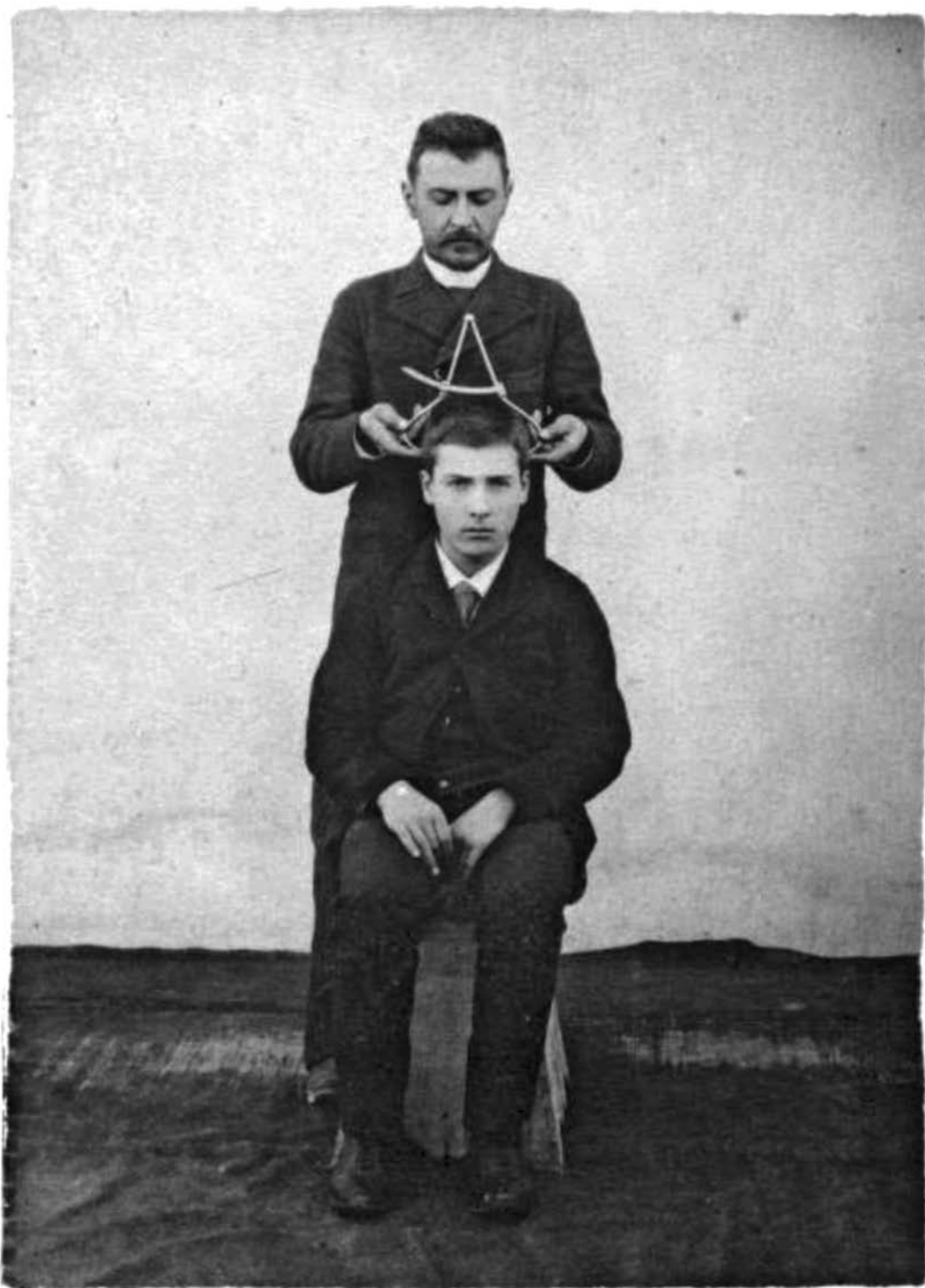


Figura 6: Juan Vucetich fazendo medições antropométricas (Vucetich, 1893, s.p.)



Figura 7: Juan Vucetich fazendo medições antropométricas (Vucetich, 1893, s.p.)

em mãos de uma repartição do Conselho Penitenciário e foi aplicada unicamente àqueles que tinham condenação judiciária. Esse serviço foi dirigido pelo médico Alfredo Giribaldi, firme partidário da antropometria: o *bertillonage* era superior à datiloscopia – argumentava – por suas qualidades científicas e porque oferecia informação física dos reincidentes que podia ser utilizada em estudos criminológicos.⁶ Em 1901, durante o segundo Congresso Científico Latino-americano de Montevideu, Vucetich apresentou pela primeira vez seu Sistema Datiloscópico à comunidade científica local. Embora ele almejasse que fosse recomendada a adoção de seu método em toda a América do Sul, o relatório final decidiu que era apenas um “complemento útil para a identificação das pessoas e sumamente prático na identificação de cadáveres” (Reunión..., 1901, p.146). Mesmo limitada, tratava-se da primeira legitimação da datiloscopia no contexto dos congressos científicos latino-americanos e, também, o começo de um forte enfrentamento entre Vucetich e Giribaldi.

Em 1904, no Uruguai, as lutas armadas entre *colorados* e *blancos* chegaram ao fim. Impulsionada pelo presidente José Batlle y Ordóñez, iniciava-se uma época de profunda modernização do Estado, caracterizada pela centralização do poder em Montevideu. A polícia da capital seguiu o mesmo caminho, tentando, aliás, alinhar-se com as recentes reformas institucionais em outras forças policiais sul-americanas, em particular as argentinas. Em novembro desse ano apareceu a *Revista de Policía*, publicação que acompanhou a gestão do chefe policial José Bernassa y Jerez durante a primeira presidência de Batlle y Ordóñez (1903-1907). “Hoje que a guerra felizmente terminou”, lê-se no primeiro número da revista, “o coronel Jerez deu o primeiro passo para constituir a união entre ambas as polícias”, em referência à aproximação com os policiais argentinos (Charles, 15 nov. 1904).

No entanto, quando em 1905 vários países da região acordaram o uso da datiloscopia, junto ao sistema de filiação “Província de Buenos Aires” para a troca transnacional de antecedentes, Giribaldi se manteve inamovível em sua oposição e conseguiu dilatar a adoção das impressões digitais no Uruguai. O “vucetichismo” impulsionou a substituição absoluta de um sistema por outro, com a exceção da fotografia. Seus aderentes associavam o *bertillonage* com as “forças obscuras da velha Europa”, resistentes ao triunfo do sistema que começava a ser difundido pelo mundo como um troféu policial das novas repúblicas do sul. “Seria muito vantajoso substituir todos os antigos sistemas pela aplicação pura e simples da impressão digital”, recomendava a seção plenária do terceiro Congresso Científico Latino-americano, reunido no Rio de Janeiro em 1905 (Seção..., 1907, p.56). Esse era o ponto culminante da legitimação científica na América Latina do sistema datiloscópico criado por Juan Vucetich e um importante impulso para que os departamentos de polícia coordenassem intercâmbios de informação biométrica (Seção, 1907). A perseverança de Giribaldi em defender a compatibilidade de ambos os sistemas fez dele voz solitária, que contrastava com o consenso vucetichista sul-americano.⁷

Muitos fatores podem explicar essa particularidade do Uruguai no contexto regional. De um lado, a polícia era questionada por seu alinhamento político no marco das guerras civis que se prolongaram até 1904. Do outro, embora as principais cidades da bacia do Prata se vissem afetadas nesse período por transformações demográficas e urbanas, o impacto desses processos foi diferente em cada caso. Em Montevideu, o auge do fluxo migratório foi anterior ao de cidades como Buenos Aires e La Plata: em 1860 atingiu seu ponto máximo e depois começou a declinar. Dessa maneira, o impacto das novas tecnologias de identificação se

produzia em um momento no qual as ansiedades pelo anonimato estavam diminuindo. Na década de 1890, as autoridades uruguaias perguntavam-se mais como atrair imigrantes que preferiam desembarcar na atraente cidade de Buenos Aires, seduzidos por melhores salários e possibilidades de ascensão social. Os temores focavam-se, então, na condição de “país-fronteira”, localizado entre dois colossos – Argentina e Brasil –, e especificamente sobre o lugar de Montevideu no mapa do atlântico sul-americano, por ser um destino de trânsito para os “criminosos viajantes”, marinheiros e prostitutas que circulavam na região (Pellegrino, 2003; Galeano, 2012).

O sistema político também apresentava importantes diferenças: em contraposição a seus vizinhos, o Uruguai não era um país federal. Em sua capital, Montevideu, estava centralizado o governo, as burocracias judiciárias e penitenciárias, assim como as práticas de identificação. Essa centralização favorecia a eficiência dos processos de identificação antropométrica, supervisionados pessoalmente por Giribaldi. Por último, foram centrais o protagonismo outorgado à medicina na construção estatal durante o período battlista e a forte imbricação das elites locais nas decisões técnicas sobre identificação de criminosos. Se na Argentina a resistência dos médicos foi rapidamente silenciada, no Uruguai eles jamais perderam o controle. É que a “classe médica”, segundo a autodenominação do grupo profissional em finais do século XIX, teve um papel central na construção do Estado uruguaio. Entre 1900 e 1930, os médicos do Uruguai ocuparam diversos espaços estatais, graças ao apoio quase incondicional dos governos *colorados*, e foram fundamentais para o projeto de “civilização” dos setores populares urbanos durante o batllismo (Barrán, 1992). Por conta disso, Giribaldi, médico e amigo pessoal do presidente Claudio Williman, teve o capital político suficiente para conservar seu gabinete antropométrico no contexto de uma onda regional de apoio à datiloscopia.

Em contraste com o Uruguai, o forte apoio que a datiloscopia recebeu no Brasil se articulava com uma crítica à intromissão dos médicos no campo da identificação policial. Durante os primeiros anos republicanos, em um contexto de modernização das burocracias judiciárias e policiais, houve tentativas de levar à prática o *bertillonage*. Em 1889, o médico Henrique Monat (1903) apresentou ao chefe da polícia do Rio de Janeiro um relatório sobre o funcionamento desse sistema, que ele teve a oportunidade de estudar na França. Dois anos depois, um professor da Faculdade de Direito de Recife, Barros Guimarães, enviou ao governo outro volumoso relatório recomendando sua implementação. Como tinha acontecido em Buenos Aires, esta última proposta contou com o apoio da Associação de Antropologia e Assistência Criminal, por intermédio de uma comissão formada por Cândido Mendes, Maria Teixeira e Souza Gomes (Identificação..., 1900, p.2).

Por isso Félix Pacheco (30 dez. 1902), o mais apaixonado propagandista da datiloscopia no Brasil, criticava os defensores do *bertillonage* ao grito de “sempre a antropologia!”, frase que sintetizava um reclamo contra as intromissões do cientificismo em um campo que alguns consideravam eminentemente policial. Tanto no discurso dos partidários brasileiros do sistema antropométrico como nas vozes de seus críticos mais enfáticos existia uma região difusa onde se apagavam as diferenças entre um sistema policial de classificação para a determinação da identidade e uma prática científica para o estudo dos criminosos.

Era essa segunda possibilidade a que inquietava Pacheco. E era o que motivava, aliás, sua preferência pela datiloscopia, na qual enxergava um sistema de identificação puramente

policial, não contaminado por científicimos. No Brasil, uma das principais bases do sistema antropométrico provinha de fato do campo médico. O primeiro serviço de identificação que seguia o método de Bertillon instalou-se na cidade de Ouro Preto em 1893. No Rio de Janeiro a implementação levou mais tempo pela forte oposição de juristas liberais que consideravam as medições corporais uma prática vexatória. Frente a essa oposição, os integrantes da Academia Nacional de Medicina defenderam o *bertillonage* e conseguiram a instalação de um gabinete antropométrico na capital do país em 1894. A direção ficou a cargo do médico da polícia, Thomaz Coelho, e funcionou dentro das instalações do serviço médico-legal. “Sempre os médicos!”, protestava novamente Pacheco (30 dez. 1902, p.2), apesar de que a repartição só conseguiu sobreviver poucos meses e produziu a irrisória quantidade de 19 fichas de identificação.

Outros indícios confirmam que, longe dos avanços argentinos, o *bertillonage* no Brasil não passou da antessala propositiva até finais da década de 1890. Por isso Silvado escrevia em 1895 que a inexistência de um gabinete antropométrico na capital brasileira contrastava com a realidade de Buenos Aires. Lamentava, assim, essa defasagem, pela magnitude das relações entre ambas as capitais e o “movimento mútuo de passageiros”. Entendia que a antropometria podia transformar-se em um “sistema internacional” e uma “linguagem única” que permitisse unir com fios sólidos as polícias sul-americanas (Silvado, 1895, p.105). Pouco depois, quando o chefe da polícia de Viena enviou uma carta a seu par brasileiro perguntando sobre o estado do gabinete carioca, recebeu como resposta que o sistema antropométrico estava fechado por falta de recursos e que o único instrumento de identificação utilizado era a produção de retratos fotográficos de reincidentes (Kremenac, 7 maio 1898).

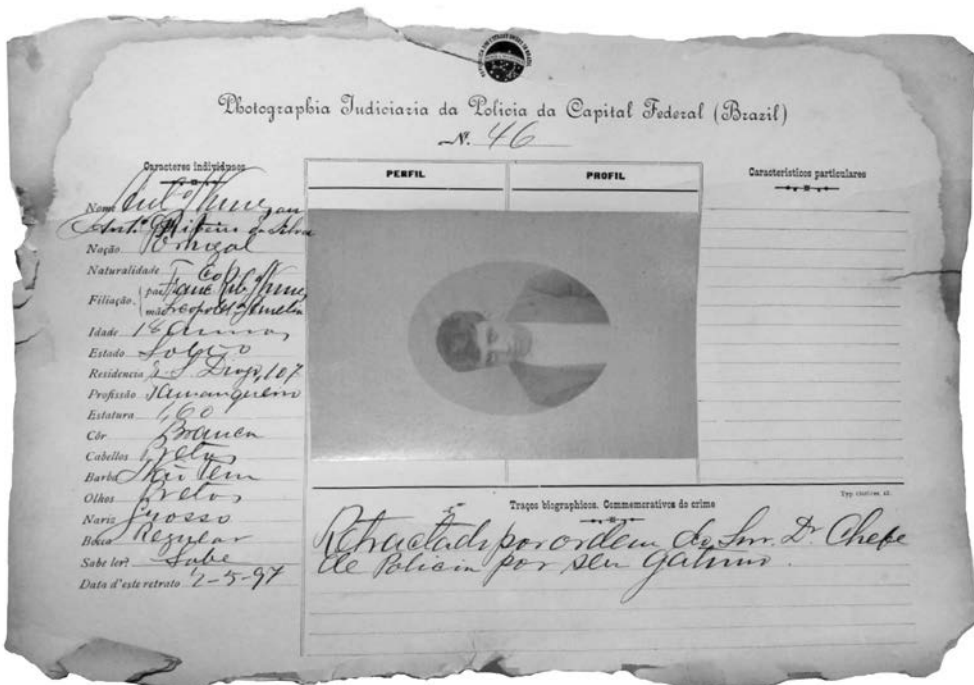


Figura 8: Ficha de identificação da polícia do Rio de Janeiro (Fundo Gifi, documentos de polícia; 6C26. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. 1898)

Porém, nesse momento, começavam a aparecer serviços antropométricos criados em outras cidades importantes do Brasil, como Porto Alegre (1895) e São Paulo (1897). Essas duas repartições foram instaladas nas prisões, e seus diretores empregaram as medições antropométricas para realizar, paralelamente à identificação, experimentos criminológicos com os corpos dos detidos. Esse foi, por exemplo, o caso do médico-legista Sebastião Leão (1897, p.190), diretor do gabinete da cadeia de Porto Alegre, quem explicava que uma vez instalado o serviço antropométrico se dedicaria aos “estudos de antropologia criminal”. Por sua parte, o gabinete de São Paulo – que chegou a acumular quase cinco mil fichas antropométricas na primeira década de funcionamento – foi dirigido por outro médico, Evaristo da Veiga, a quem Félix Pacheco (30 dez. 1902) chamava de “campeão da antropometria” e acusava de orientar as práticas de identificação ao “estudo de certo criminoso do ponto de vista da morfologia individual e de sua psicopatologia”.

Se insistimos aqui em marcar as críticas de Pacheco, é porque pensamos que nelas se revelam as chaves para a compreensão do fracasso da antropometria no Brasil e, concomitantemente, do sucesso da datiloscopia em começos do século XX. “Sempre a antropologia, sempre os médicos!” era uma exclamação que podia ser lida como uma reivindicação do império policial sobre os serviços de identificação e, ao mesmo tempo, como um distanciamento da pesada carga que no Brasil tinha a antropometria por sua proximidade com os estudos raciais da antropologia física (Cunha, 2005).

Por isso não chamam a atenção as dificuldades que teve o sistema antropométrico em se manter em uso pela polícia do Rio de Janeiro. De fato, depois da frustrada experiência de 1894, houve uma segunda tentativa em 1899, quando João B. Silvado assumiu a chefia da polícia carioca e tomou a decisão de reinstalar o gabinete. Essa nova repartição, a cargo de Renato Carmil e Souza Gomes, demonstrou maior capacidade de trabalho: entre agosto e dezembro de 1899 já produzira 1.060 fichas, somando as alfabéticas e as antropométricas. O segundo relatório mostrava que mais 1.752 fichas foram feitas em 1900 (Brasil, 1901, p.160-161). No entanto, apesar desses começos promissores, no ano seguinte o gabinete deixou de funcionar. Todos os indícios sugerem que o novo fracasso do *bertillonage* no Rio de Janeiro foi causado pelas resistências que o sistema provocava entre juristas e políticos republicanos de peso, como Rui Barbosa e Cândido Barata Ribeiro. Essa leitura parece depreender-se dos próprios ditos dos diretores do gabinete: Carmil (1897, p.4) manifestava a surpresa que lhe provocava o fato de que as medições corporais fossem interpretadas como uma prática vexatória em um país onde os retratos fotográficos dos suspeitos se expunham “nos teatros, cafés, estações de trem e nos lugares mais públicos acompanhados de legendas – ‘gatunos, cáftens’– por uma simples ordem do chefe da polícia” (destaque no original).

Em começos do século XX, no marco de uma reforma geral na polícia da capital, criou-se o Gabinete de Identificação e Estatística, que, agora sob o comando de Félix Pacheco, se posicionava como uns dos bastiões do sistema Vucetich na América Latina (Bretas, 1997, p.49-57). A datiloscopia era enunciada como um avanço na direção do progresso da “polícia científica”, superando as limitações da antropometria. Mas a preferência pelo “sistema argentino” se explicava, também, por motivos operativos bem conhecidos pelos policiais sul-americanos: as dificuldades para construir uma base de agentes subalternos treinados e competentes, para reunir uma mão de obra tecnicamente capaz de produzir retratos

fotográficos estandardizados ou de realizar medições corporais com precisão. Elysio de Carvalho (1908, p.64) o expressava com todas as letras, quando justificava o triunfo da datiloscopia, um fenômeno que atribuía ao fato de oferecer não apenas “uma prova mais positiva e concluinte da identidade das pessoas”, mas também “por ser sua aplicação de uma simplicidade admirável e sua instalação para nada onerosa”.

Depois do barulhento triunfo de Vucetich no terceiro Congresso Científico Latino-americano no Rio de Janeiro, em 1905, a datiloscopia difundiu-se pelo Brasil com o gabinete carioca e seu diretor, Félix Pacheco, como centro de propaganda. O regulamento dessa repartição não deixava dúvidas quando anunciava que “a identificação de criminosos seria realizada pela combinação de todos os sistemas utilizados pelos países mais avançados”, mas “subordinados à classificação datiloscópica de acordo com o método de Juan Vucetich” (Brasil, 1907, p.107). Assim como a polícia argentina tinha feito com o *bertillonage*, agora o Brasil se mostrava orgulhoso de ser o melhor aluno de Vucetich no mundo todo.

Considerações finais

Nos primórdios do século XX, a datiloscopia espalhou um entusiasmo parecido com o da chegada do *bertillonage* na América do Sul. As missões europeias inevitavelmente diminuíram no período das guerras mundiais, porém, cresceram as visitas regionais de policiais que circulavam, cada vez mais, entre Buenos Aires, Montevideu, Santiago do Chile e Rio de Janeiro. Se os dois primeiros congressos de criminologia haviam sido importantes para a divulgação internacional da antropometria, esses encontros sul-americanos foram fundamentais para consolidar a legitimidade do método datiloscópico, estreitar os vínculos entre as polícias e acelerar os intercâmbios de informação. Nos congressos científicos latino-americanos, um grupo de juristas e policiais declarou – primeiro no encontro de Montevideu em 1901 – a complementaridade do sistema com o *bertillonage* e logo depois – no Rio de Janeiro em 1905 – sua absoluta primazia. Ao mesmo tempo, semearam o terreno para a organização da primeira Conferência Sul-americana de Polícia, reunida na cidade de Buenos Aires em 1905, na qual policiais da Argentina, Brasil, Uruguai e Chile assinaram um acordo para a troca de antecedentes de indivíduos classificados como “perigosos” (García Ferrari, 2010, p.155-185; Galeano, 2012, p.192-207).

Esses intercâmbios conformaram um espaço transnacional para a intervenção conjunta das polícias sul-americanas. A vigilância policial dos “perigosos” e “indesejáveis”, aqueles sujeitos que circulavam nas mesmas rotas atlânticas transitadas pelos imigrantes, atingiu uma escala regional e foi facilitada por uma série de leis de expulsões de estrangeiros sancionadas na Argentina e no Brasil nos primeiros anos do século XX (Menezes, 1996; Bonfá, 2008). As novas tecnologias de identificação desempenharam um papel importante nessa constituição de uma rede interpolicial. A incipiente implementação da antropometria na capital argentina, nessa cidade de Buenos Aires que era pensada como um farol da modernidade latino-americana, foi observada de perto pelos países vizinhos. Assim, as tecnologias de identificação policial entraram com força na agenda das polícias sul-americanas, até mesmo quando Bertillon ainda não tinha conseguido o apoio oficial para seu sistema na França.

Os diferentes contextos políticos, sociais, institucionais, econômicos e, até, geográficos, orientaram os diferentes percursos do sistema antropométrico em Buenos Aires, La Plata, Montevideu e Rio de Janeiro. No entanto, em todos os casos os vínculos multilaterais entre os departamentos de polícia dessas cidades estruturaram-se em grande medida ao ritmo das inovações no campo da identificação. Por meio das tentativas para abrir gabinetes antropométricos, na década de 1890 se estabeleceram laços sólidos entre as repartições e os especialistas em identificação policial. Na década seguinte, o intenso debate entre os partidários da antropometria e da datiloscopia espelhou essa preocupação com a cooperação transnacional, seus objetivos e seus limites. Por último, a primeira conferência policial sul-americana teve como tema central a eleição do sistema de identificação sobre o qual estaria baseado o intercâmbio de antecedentes. Mesmo que o *bertillonage* fosse o grande perdedor do convênio de 1905, sua célere implementação na América Latina havia aberto um espaço que seria aprofundado pela datiloscopia.

O crescente abandono da antropometria na região ancorava-se em obstáculos práticos, mas o “vucetichismo” também havia se transformado em um “sistema sul-americano” e pedra de toque da rede de vínculos interpoliciais. Na interface entre a ciência e a burocracia estatal, a legitimidade desses métodos de identificação foi decidida em diversos espaços. As decisões dos congressos científicos eram indispensáveis para sustentar a validade de um ou outro sistema, porém, na aplicação cotidiana nas instituições policiais e penitenciárias, a trama política dos atores envolvidos condicionou fortemente as decisões dos especialistas. Em 1905, as relações entre os departamentos de polícia se estreitaram, e as autoridades estatais impulsionavam políticas repressivas sobre práticas sociais que percebiam como novas ameaças. Fato é que o esmagador triunfo do sistema datiloscópico não nasceu de um detalhado debate científico sobre as características do método. Nem a corrosão do *bertillonage* baseou-se, por exemplo, em críticas a suas bases estatísticas. Os principais argumentos para determinar o abandono do sistema antropométrico provinham das dificuldades para sua aplicação prática, o elevado custo de sua instalação e da manutenção dos gabinetes, além das dificuldades para a instrução dos operadores. Segundo seus divulgadores, a superioridade da datiloscopia justificava-se então por uma praticidade comprovada ao longo de mais de uma década em repartições policiais e por cientistas do mundo todo. O sistema de identificação criado em um gabinete periférico dentro de país sul-americano transformou-se, por meio de sua legitimação nos congressos regionais, em uma das principais inovações científicas surgidas na América Latina durante esses anos.

Embora esses circuitos regionais não possam ser pensados como autônomos, formaram parte de uma complexa trama de vínculos transnacionais que possibilitou a adoção do sistema antropométrico em finais do século XIX e a rápida expansão transnacional da datiloscopia nos primórdios do século XX. A implementação do *bertillonage* na América Latina dá conta da diversidade de estratégias desenvolvidas na região na busca de soluções para o problema da identificação de reincidentes. Em alguns casos, a recepção do sistema francês foi acrítica, em outros, mais seletiva, chegando a provocar em alguns lugares questionamentos, alterações, hibridações e novos experimentos. Longe de constituir um processo linear de difusão desde um centro europeu a uma periferia latino-americana, a análise dos percursos do sistema antropométrico na região sugere que as dinâmicas locais foram fundamentais

para sua aplicação e legitimação científica. Por outro lado, o posterior sucesso da datiloscopia destaca a importância dos circuitos regionais no contexto de uma rede mais ampla de relações assimétricas entre distintos centros de produção científica. O triunfo do “sistema sul-americano” necessitou do apoio de diversos cientistas europeus para se impor sobre o *bertillonage*, evidenciando ao mesmo tempo as dimensões autonômicas e heteronômicas dos circuitos científicos e institucionais latino-americanos.

NOTAS

¹ Mais tarde, Lacassagne (1906, p.217) foi um defensor do método datiloscópico de Vucetich e criou também o termo *vucetichisme*.

² Nesse sentido, consideramos que uma abordagem dos intercâmbios de ideias, tecnologias e especialistas ao longo das fronteiras a partir da perspectiva da história transnacional não envolve uma recusa *tout court* das estratégias metodológicas da história comparada. Ver os debates sobre este assunto em: Siegel (2005); Purdy (2012); Saunier (2013); Barros (2014).

³ A antropometria fez parte também de um vasto espaço de circulações mundiais no campo da antropologia física (Souza, Santos, 2012). Outros trabalhos analisaram o papel dos congressos médicos e científicos, mostrando que nos primórdios do século XX esses encontros ocuparam um lugar central na proliferação de intercâmbios entre cientistas latino-americanos (Almeida, 2006, p.733-757; Isaza, 2011, p.86-113).

⁴ Os artigos e relatórios de viagens dos policiais são: Drago (1 jul. 1888, p.22-23, 15 jul. 1888, p.27-28); Silvado (1895); Ferraz (1949); e Mujica Farías (1901). Sobre estas viagens, ver Galeano (2012, p.111-125).

⁵ Apesar desses comentários de Bertillon, na Argentina o Gabinete Antropométrico foi criado por uma disposição policial, e não por lei, o que foi indicado como um dos problemas que limitaram seu funcionamento (Quesada, 1901, p.117-145).

⁶ Assim como no Uruguai, no caso do México existiu uma longa convivência entre a antropometria e a datiloscopia (Speckman Guerra, 2011).

⁷ Quando em 1905 as polícias sul-americanas acordaram o uso do sistema datiloscópico de Juan Vucetich para as trocas transnacionais de antecedentes, a Sociedade Médica de Montevidéu avaliou o convênio e emitiu um parecer favorável (Giribaldi, 1906; Saráchaga, 1906). Mesmo assim, a antropometria se manteve como método de identificação oficial no sistema penitenciário até 1912. Nesse ano foi criado o Registro Nacional de Reincidências, que incorporava o uso das impressões digitais, porém, mantinha as medições antropométricas dos condenados (Uruguay, 1930).

REFERÊNCIAS

ABOUT, Ilse.

Les fondations d'un système national d'identification policière en France (1893-1914). *Genèses*, n.54, p.28-52. 2004.

ALMANDOS, Luis Reyna.

Dactiloscopia argentina: su historia e influencia en la legislación. La Plata: Joaquín Sesé. 1909.

ALMEIDA, Marta de.

Circuito aberto: ideias e intercâmbios médico-científicos na América Latina nos primórdios do século XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.13, n.3, p.733-757. 2006.

ARGENTINA.

Polícia de la Capital. *Memoria del Departamento de Policía de la Capital, 1887-1888*. Buenos Aires: Imprenta del Departamento de Policía de La Capital. 1888.

BARRÁN, José P.

Medicina y sociedad en el Uruguay del novecientos, t.1: El poder de curar. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental. 1992.

BARROS, José D'Assunção.

História comparada. Rio de Janeiro: Vozes. 2014.

BERTILLON, Alphonse.

Identification anthropométrique: instructions signalétiques. Melun: Imprimerie Administrative. 1893.

BERTILLON, Alphonse.

L'Identité des récidivistes et la loi de relégation. Paris: G. Masson. 1883.

BONFÁ, Rogério Luis G.

“Com lei ou sem lei”: as expulsões de estrangeiros e o conflito entre o Executivo e o Judiciário na

Primeira República. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2008.

BRASIL.

Secretaria da Polícia do Distrito Federal. Gabinete de Identificação e Estatística. Regulamento da Secretaria da Polícia do Distrito Federal, aprovado pelo decreto n.4.764 (Capítulo XVIII). In: Brasil. *Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1907.

BRASIL.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores (1900-1901)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1901.

BRECKENRIDGE, Keith; SZRETER, Simon (Ed.).

Registration and recognition: documenting the person in world history. Oxford: Oxford University Press. 2012.

BRETAS, Marcos L.

Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco. 1997.

BROWN, James; ABOUT, Ilse; LONERGAN, Gayle (Ed.).

Identification and registration practices in transnational perspective: people, papers, practices. Oxford: Palgrave Macmillan. 2013.

CARMIL, Renato.

Relatório sobre o serviço de identificação antropométrica, apresentado ao cidadão ministro da Justiça e Negócios Interiores. *Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil*, n.91, p.107-108. 1897.

CARVALHO, Elysio de.

O problema da identificação no Brasil. *Renascença*, n.49, p.63-67. 1908.

CHARLES.

Relaciones policiales: sembrar es fecundar. *Revista de Policía*, v.7, n.1, p.5. 15 nov. 1904.

CREAZZO, Giuditta.

El positivismo criminológico italiano en la Argentina. Buenos Aires: Ediar. 2007.

CUNHA, Olívia Gomes da.

The stigma of dishonor: individual records, criminal files, and identification in Rio de Janeiro, 1903-1940. In: Cualfield, Sueann; Chambers, Sarah C.; Putnam, Lara (Ed.). *Honor, status, and law in Modern Latin America*. Durham: Duke University Press. p.295-316. 2005.

DRAGO, Agustín.

Determinación de la identidad: sistema de los señalamientos antropométricos. *Revista de la Policía de la Capital*, v.1, n.3, p.27-28. 15 jul. 1888.

DRAGO, Agustín.

El servicio antropométrico de París. *Revista de la Policía de la Capital*, n.2, p.22-23. 1 jul. 1888.

DRAGO, Luis Maria.

I criminali nati: con introduzioni dei dottori Ramos Mejia e Cesare Lombroso. Torino: Fratelli Bocca. 1890.

EMSLEY, Clive.

The English police: a political and social history. London: Longman. 1996.

FERRAZ, João Baptista Sampaio.

Do delito, código penal e organização policial na Inglaterra (1898). *Revista do Arquivo Municipal*, n.76, p.33-51. 1949.

GALEANO, Diego.

Criminosos viajantes, vigilantes modernos: circulações policiais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, 1890-1930. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2012.

GALEANO, Diego.

Escritores, detectives y archivistas: la cultura policial en Buenos Aires, 1821-1910. Buenos Aires: Biblioteca Nacional; Teseo. 2009.

GALEANO, Diego; GARCÍA FERRARI, Mercedes.

Cartographie du bertillonnage: le système anthropométrique en Amérique latine: circuits de diffusion, usages et résistances. In: Piazza, Pierre (Ed.). *Aux origines de la police scientifique: Alphonse Bertillon, précurseur de la science du crime*. Paris: Karthala. p.308-331. 2011.

GARCÍA FERRARI, Mercedes.

Juan Vucetich y el surgimiento transnacional de la dactiloscopia, 1888-1913. Tese (Doctorado en Historia) – Universidad de San Andrés, Buenos Aires. 2013.

GARCÍA FERRARI, Mercedes.

Ladrones conocidos, sospechosos reservados: identificación policial en Buenos Aires, 1880-1905. Buenos Aires: Prometeo. 2010.

GARCÍA FERRARI, Mercedes.

Una marca peor que el fuego: los cocheros de la ciudad de Buenos Aires y la resistencia al retrato de identificación. In: Caimari, Lila (Ed.). *La ley de los profanos: delito, justicia y cultura en Buenos Aires (1870-1940)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. p.99-133. 2007.

GAYOL, Sandra.

Entre lo deseable y lo posible: perfil de la policía de Buenos Aires en la segunda mitad del siglo XIX. *Estudios Sociales*, v.6, n.10, p.123-138. 1996.

- GIRIBALDI, Alfredo.
Contribución al tópico médico-legal de la identidad: extracto de una polémica. Montevideo: El Siglo Ilustrado. 1906.
- IDENTIFICAÇÃO...
Identificação de criminosos pelo sistema antropométrico (resumo histórico). *Boletim do Serviço de Identificação Judiciária*, v.1, n.1, p.1-3. 1900.
- ISAZA, Oscar Calvo.
Conocimiento desinteresado y ciencia americana: el congreso científico (1898-1916). *Historia Crítica*, n.45, p.86-113. 2011.
- KALUSZYNSKI, Martine.
Republican identity: bertillonage as government technique. In: Caplan, Jane; Torpey, John (Ed.). *Documenting individual identity: the development of state practices in the modern world*. Princeton: Princeton University Press. p.123-139. 2001.
- KREMENAC, Jules de Bombiero.
Carta do cônsul-geral da Áustria-Hungria ao chefe da polícia da Capital Federal. Fundo Gifi; documentos de polícia; 6C23 (Arquivo Nacional do Brasil, Rio de Janeiro). 7 maio 1898.
- LACASSAGNE, Alexandre.
Précis de médecine légale. Paris: Masson. 1906.
- LEÃO, Sebastião.
Relatório do doutor Sebastião Leão, médico da polícia, anexo ao relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior do Rio Grande do Sul. (Museu da Polícia Civil Major Febeliano Faibes da Costa, Porto Alegre). 1897.
- LOCARD, Edmond.
L'œuvre d'Alphonse Bertillon. *Archives d'Anthropologie Criminelle*, n.243, p.167-186. 1914.
- MENEZES, Lená Medeiros de.
Os indesejáveis: desclassificados da modernidade: protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930). Rio de Janeiro: Eduerj. 1996.
- MONAT, Henrique.
Carta de 30 jul. 1903. *Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil*, n.117, p.17-18. 1903.
- MUJICA FARIAS, Manuel.
La policía de París. Buenos Aires: Arnold Möen. 1901.
- OLMO, Rosa del.
Criminología argentina: apuntes para su reconstrucción histórica. Buenos Aires: Depalma. 1992.
- ORDEN...
Orden del día 3 de abril de 1889. Polícia de la Capital; *Libro de Órdenes del Día, 1889*. (Archivo y Biblioteca de la Policía Federal Argentina, Buenos Aires). 3 abr. 1889.
- OTERO, Hernán.
Estadística y Nación: una historia conceptual del pensamiento censal de la Argentina moderna, 1860-1914. Buenos Aires: Prometeo. 2006.
- PACHECO, Félix.
O problema da identificação. *Jornal do Comércio*, p.2. 30 dez. 1902.
- PACHECO, Félix.
Entrevista com o Dr. Beazley. *Jornal do Comércio*, p.3. 10 ago. 1899.
- PELLEGRINO, Adela.
Caracterización demográfica del Uruguay. Montevideo: Universidad de la República. 2003.
- PÉREZ, María Cristina.
Presentación del dossier "Redes y conexiones en la historia", *Historia Crítica*, n.55, p.13-17. 2015.
- PIAZZA, Pierre.
Introduction générale. In: Piazza, Pierre (Ed.). *Aux origines de la police scientifique*: Alphonse Bertillon, précurseur de la science du crime. Paris: Karthala. p.11-24. 2011.
- PREFECTURA...
Prefectura de Policía de Santiago. Carta a Juan Vucetich. Arquivo Juan Vucetich, série Correspondência Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai; pasta Chile (Museo de la Policía de la Provincia de Buenos Aires, La Plata). 8 ago. 1893.
- PURDY, Sean.
A história comparada e o desafio da transnacionalidade. *Revista de História Comparada*, v.6, n.1, p.64-84. 2012.
- QUESADA, Ernesto.
Comprobación de la reincidencia. Buenos Aires: Coni Hermanos. 1901.
- REUNIÓN...
Segunda reunión del Congreso Científico Latino Americano: celebrada en Montevideo del 20 al 31 de marzo de 1901, t.1: organización y resultados generales del Congreso. Montevideo: Al Libro Inglés. 1901.
- RODRIGUEZ, Julia.
South Atlantic crossings: fingerprints, science, and the state in turn-of-the-century Argentina. *The American Historical Review*, v.109, n.2, p.387-416. 2004.
- RUGGIERO, Kristin.
Modernity in the flesh: medicine, law and society in turn-of-century Argentina. California: Stanford University Press. 2004.
- SÁNCHEZ, Gregorio S.
Carta a Juan Vucetich. Arquivo Juan Vucetich, série Correspondência Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai; pasta Uruguai (Museo de la Policía de la Provincia de Buenos Aires, La Plata). 25 abr. 1896.

- SARÁCHAGA, Alejandro.
Dactiloscopia y Convenio Internacional de Policía.
Montevideo: El Siglo Ilustrado. 1906.
- SAUNIER, Pierre-Yves.
Transnational history. Basingtoke: Palgrave
Macmillan. 2013.
- SAUNIER, Pierre-Yves.
Learning by doing: notes about the making of
the Palgrave Dictionary of Transnational History.
Journal of Modern European History, v.2, n.6,
p.159-180. 2008.
- SEÇÃO...
Seção de Ciências Jurídicas e Sociais; anexo 4. In:
Relatório geral, t.7: terceira reunião do Congresso
Científico Latino-americano celebrado na cidade
do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa
Nacional. p.55-57. 1907.
- SIEGEL, Micol.
Beyond compare: comparative method after the
transnational turn. *Radical History Review*, n.91,
p.62-90. 2005.
- SILVADO, João Brasil.
O serviço policial em Paris e Londres. Rio de
Janeiro: Imprensa Nacional. 1895.
- SOULA, Mathieu.
Récidive et récidivistes depuis deux siècles. In:
Alline, Jean-Pierre; Soula, Mathieu (Ed.). *Les
récidivistes*. Rennes: Presses Universitaires de
Rennes. p.11-19. 2011.
- SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo
Ventura.
Corpos, medidas e nação: antropologia física
na capital da República brasileira na primeira
metade do século XX. *Boletim Museu Paraense
Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, v.7, n.3, p.639-
643. 2012.
- SPECKMAN GUERRA, Elisa.
En la inmensa urbe y el laberinto de los archivos:
la identificación de criminales en la ciudad de
México. In: Galeano, Diego; Kaminsky, Gregorio
(Ed.). *Mirada (de) uniforme*: historia y crítica de la
razón policial. Buenos Aires: Teseo. p.111-151.
2011.
- THER, Philipp.
Comparisons, cultural transfers, and the study
of networks: toward a transnational history of
Europe. In: Haupt, Heinz-Gerhard; Kocka, Jürgen
(Ed.). *Comparative and transnational history*. New
York: Berghahn. p.204-225. 2012.
- TILLY, Charles.
Big structures, large processes, huge comparisons.
New York: Russell Sage. 1984.
- URUGUAY.
Registro Nacional de Reincidencias. Ley n.4.056.
In: Armand Ugon, Enrique et al. *Compilación de
leyes y decretos*, t.32: 1912. Montevideo: Cámara
de Representantes de la República del Uruguay.
p.361-364. 1930.
- URUGUAY.
Jefatura Política y de Policía de la Capital.
Orden del día n.1.550. In: República Oriental
del Uruguay. *Memoria de la Jefatura Política y de
Policía de la Capital, 1895-1896*. Montevideo:
Imprenta a Vapor de La Nación. p.87-88. 1896.
- VARIGNY, Henry de.
Anthropologie: les empreintes digitales, d'après
M.F. Galton. *Revue Scientifique*, v.47, n.18, p.557-
562. 1891.
- VUCETICH, Juan.
*Instrucciones generales para el sistema de filiación
"Provincia de Buenos Aires"*. La Plata: Solá, Seré.
1896.
- VUCETICH, Juan.
*Instrucciones generales para el sistema de filiación
"Provincia de Buenos Aires"*. La Plata: Imprenta de
la Policía de la Provincia de Buenos Aires. 1895.
- VUCETICH, Juan.
*Instrucciones generales para la identificación
antropométrica*: basadas en los sistemas de Alfonso
Bertillon y Francisco Galton. La Plata: Tipografía
de la Escuela de Artes y Oficios de la Provincia.
1893.

